

Opiniões de um grupo de intérpretes educacionais de Libras sobre a realidade da inclusão escolar: O que apontam como possíveis soluções para o ensino de Ciências da Natureza

RESUMO: Os profissionais Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa possuem competências que os permitem transitar entre duas culturas distintas: a ouvinte e a surda. Quando comprometidos com sua função, podem muito contribuir quanto ao entendimento dos aspectos que facilitam a aprendizagem do discente surdo. Por meio de um questionário respondido por 25 profissionais, foi possível conhecer o que apontam sobre a realidade da inclusão que vivenciam nos ambientes de ensino e o que indicam como possíveis soluções para atenuar essas barreiras, especialmente no ensino das Ciências da Natureza. Conclui-se que a inclusão nas salas de aula ainda demonstra falhas e que pensar em metodologias de ensino e avaliação condizentes com as potencialidades visuais do aprendiz surdo, em um trabalho conjunto entre professor e intérprete, emerge como uma promissora possibilidade de sucesso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Surdos; Ensino de Ciências; Inclusão Escolar.

Opinions of educational interpreters of Brazilian Sing Language team about the reality of school inclusion and what they point how possible solutions for the teaching of Natural Sciences

ABSTRACT: The professionals Interpreters of Brazilian Sign Language have skills that allow them to travel between two different cultures: the listener and the deaf. When committed to their role, they can contribute greatly to the understanding of the aspects that facilitate the learning of the deaf student. Through a questionnaire answered by 25 professionals, it was possible to know what they indicate about the reality of the inclusion that they experience in the teaching environments and what they indicate as possible solutions to decrease these barriers, especially in the Science Education field. Was possible to conclude that the inclusion in classrooms still present flaws and to think the methodologies of teaching and evaluation in keeping with the particularities and visual potentialities of deaf student, in a joint collaboration between teacher and interpreters, emerges as a promising one possibility of development.

KEYWORDS: Education of the Deaf; Science Education; Educational Inclusion.

Jomara Mendes Fernandes¹

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Química da Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço eletrônico: jomarafernandes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Português (TILSP) é o profissional especializado que atua na tradução e interpretação do Português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa, em diferentes contextos sociais, possibilitando a comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes. Para tanto, é necessário que este profissional detenha conhecimentos linguísticos e culturais de ambas as línguas envolvidas no processo de tradução e/ou interpretação³.

A inserção da figura do TILSP nas salas de aula inclusiva é resultado das novas propostas de práticas de ensino de surdos que tem como um dos princípios fundamentais o uso da língua de sinais. Segundo Strobel (2006) é possível inferir que essas mudanças estão relacionadas aos insucessos destes alunos mediante às filosofias que outrora valorizavam um ensino baseado na oralidade.

Conforme aponta Martins (2013), atualmente a abordagem mais almejada de ensino para surdos é a da educação bilíngue e multicultural, em que a língua de sinais é a língua de ensino, de instrução, e a língua oficial, o Português, aprendida como segunda língua e priorizada na modalidade escrita. A autora ainda acrescenta o viés multicultural pelo reconhecimento da presença das diferentes culturas que estão envolvidas nesse processo escolar.

Na Constituição Federal de 1988 se reconhece que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Nessa perspectiva, a Constituição ainda institui a igualdade de condições de acesso e permanência na Escola (art. 206, inciso I), acrescentando que é dever do Estado a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, inciso V). (BRASIL, 1988).

Pouco tempo depois, em 1990, mediante a Lei nº 8069/90 estabeleceu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo referência ao atendimento educacional especializado,

² Professora e pesquisadora do Departamento de Química da Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço eletrônico: ivonireis@gmail.com

³ Segundo Pagura (2015), a tradução é considerada a conversão de um texto escrito (língua de partida), para outra língua (língua de chegada), enquanto o ato da interpretação ocorre na conversão simultânea de um discurso oral.

constando, no capítulo IV e artigo 54 ser dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990).

Também cabe mencionar que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei nº 9394/96, dentre outras providências, propõe haver, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender as demandas da Educação Especial. Assim, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, emerge significativamente o papel do intérprete de Libras como profissional atuante na escola. Sua função foi designada, neste documento, como “professor intérprete”, sendo “profissionais especializados para apoiar alunos surdos, surdos-cegos e outros que apresentem comprometimentos de comunicação e sinalização”. (BRASIL/MEC, 2001, p. 50).

Desde então, as conquistas políticas da comunidade surda começaram a ganhar mais espaço e pouco tempo depois, em 2002, a Lei nº 10.436 foi aprovada, sendo considerada uma das mais célebres para a comunidade surda. Nesta, a Libras passa a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Ficou, a partir de então, impulsionadas oficialmente formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação e de utilização das comunidades surdas do Brasil. A oficialização da Libras é considerada resultado de vários movimentos surdos em prol do direito de terem sua língua de sinais como primeira língua e o reconhecimento do *status* linguístico desta (MONTEIRO, 2006).

Posteriormente e com vistas a impulsionar a inclusão social e educacional, o Decreto de 2005 nº 5.626/05, dentre outras determinações, veio regulamentar a Lei nº 10.436 de 2002, tornando obrigatório que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal garantissem a inclusão do ensino da Libras nos cursos de Pedagogia, de Fonoaudiologia e de formação de professores, em seus níveis médio e superior. O Decreto procura ainda fundamentar aspectos da formação e certificação do intérprete de Libras, o ensino da língua portuguesa como segunda língua para os surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A história da educação de surdos, segundo Skliar (1998), foi delineada, com poucas exceções, por meio de grandes paradigmas ancorados nas vertentes do Oralismo⁴, da

4 Oralismo é um método educacional voltado para capacitar o surdo na compreensão e na produção de linguagem oral e considera que o indivíduo surdo deve se constituir como interlocutor e receptor por meio da linguagem oral (SOARES, 1999).

Comunicação Total⁵ e do Bilinguismo⁶, que propagaram modelos de ensino que, pelas relações de poder estabelecidas, disputaram a hegemonia na educação desses sujeitos ao longo da história das instituições educacionais. Essas mudanças refletem em toda a metodologia que é articulada na escola, desde a instituição especializada até a regular. Tal preocupação se faz importante e essencial, primeiro por se tratar de indivíduos que devem ser atendidos em suas especificidades e, em segundo lugar, pelo aumento significativo de surdos que estão entrando nas escolas regulares, sendo alvo de metodologias e pesquisas.

Assim, mediante todo esse percurso de reconhecimento, houve um movimento em prol de uma educação para surdos inserida nas escolas regulares. Rodrigues (2013) pontua que, com a afirmação política dos surdos brasileiros, a demanda dos TILSP cresceu significativamente, em especial no processo educacional. Contudo, segundo Martins (2013), mesmo com o quadro da inclusão ganhando força como política vigente, na prática o que se observa são falhas quanto à forma com que se tem feito essa educação, de modo que “acabam tendo que se fazer numa mesmidade de ensino; uma reparação ou adequação do sujeito às normas e moldes da escola que é “para ser para todos”. E nesse “todos” não há como pensar, ao que parece, nas especificidades” (MARTINS, 2013, p. 62).

O profissional TILSP desempenha um papel fundamental na comunicação entre ouvintes e surdos. Segundo Cruz (2016) os primeiros intérpretes de surdos eram os familiares ouvintes, amigos, professores e pessoas mais próximas da vivência do surdo. Sobre os primeiros locais de atuação no Brasil, Quadros (2004) e Rosa (2005) apontam que, a partir de 1980, há registros da presença dos primeiros intérpretes em atividades religiosas. Neste período, o aprendizado e a prática da Libras eram resultados da convivência com a comunidade surda ou com organizações religiosas.

É uma profissão antiga, mas que foi reconhecida e regulamentada apenas recentemente. Em 2010 foi promulgada a lei nº 12.319/10 que passou a reconhecer a profissão do TILSP constando sua atuação e exemplificando os preceitos éticos dessa “nova” profissão

5 Comunicação Total defende o uso de qualquer recurso linguístico para que a comunicação seja estabelecida, podendo utilizar da língua de sinais, da linguagem oral ou códigos manuais, gestos ou outros recursos que visem facilitar a comunicação (CICCONE, 1990).

6 O Bilinguismo valoriza a língua de sinais como primeira língua do surdo, sendo utilizada como língua de ensino e língua majoritária, usualmente representada como L1, ficando a língua portuguesa (nossa língua nacional) como uma segunda língua (L2) com ênfase na modalidade escrita (QUADROS, 2005).

(BRASIL, 2010). Como o maior local de trabalho registrado destes profissionais é na área da educação, essa temática tem ganhado cada vez mais adeptos à pesquisa, uma vez que a presença do TILSP na escola é um dos recursos mais importantes à disposição do aluno a fim de minimizar os problemas de comunicação.

O TILSP é um profissional que faz mediação, transita entre duas línguas e também duas culturas diferentes, o mundo surdo e o mundo ouvinte. Sua função requer competências e conhecimentos não somente em Libras, mas também em Língua Portuguesa e é necessário habilidade para se compreender determinada informação em uma cultura e língua e repassa-la de forma coerente para a outra cultura. Conforme Lacerda (2009, p.21) aponta, “interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos”.

Sem essa mediação a comunicação entre os envolvidos não ocorre, principalmente na sala de aula regular onde o aluno surdo está inserido com os demais colegas e professores ouvintes, que, na maior parte das vezes, não possuem conhecimento da língua e da cultura do surdo. Sobre a atuação do intérprete, Quadros (2004) destaca basicamente cinco princípios éticos e que ainda servem de base nas discussões atuais:

a) Confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004, p. 28)

Uma questão que traz inquietação é o que se constitui e entende como sendo essa neutralidade e fidelidade a ser seguida estritamente. Especialmente quando se trata do espaço escolar, considera-se complexo atender a todos esses requisitos, uma vez que, ao estabelecer um contato diário, muito possivelmente se estabelecerá uma relação afetiva, impossibilitando uma imparcialidade na sinalização e um distanciamento para atingir tal neutralidade (MARTINS, 2013).

Ferreira (2002) faz menção aos diversos desafios do intérprete educacional, tal como a tarefa de posicionar-se entre duas línguas exigindo amplo conhecimento dessas; os

recorrentes improvisos e manobras que é necessário fazer para poder possibilitar o acesso à informação, indicando a necessidade de se repensar os recursos pedagógicos empregados pelo professor; e fundamentalmente a clareza na definição de papéis, uma vez que corriqueiramente o intérprete se vê obrigado a desempenhar tarefas que não são atribuições de sua profissão, mas que sente ser necessário assim fazer para que se alcance a compreensão correta pelo surdo.

Conforme aponta Martins (2013), verifica-se que muitas vezes o TILSP pensa e utiliza estratégias visuais no decorrer da aula e, frequentemente, recorrem ao material do aluno ou ao apresentado pelo professor, faz anotações no caderno, e/ou utiliza outros artefatos que caracterizam uma posição ativa de um profissional que se envolve com o processo de ensino e aprendizagem do surdo, possibilitando assim o que sente ser importante para facilitar e impulsionar a aprendizagem.

Contudo, deve-se ponderar que ainda há uma considerável desinformação sobre os limites e possibilidades de atuação do TILSP e de sua importante influência na aula e no aprendizado do aluno surdo. Não é incomum que lamentavelmente professores tomem posturas inflexíveis mediante a atuação do intérprete em sala de aula, no lugar de entendê-lo como parceiro. Salientamos o quão importante é que o professor saiba que não é papel do intérprete assumir o aluno como seu, deixando-o a cargo da responsabilidade de sua aprendizagem. É desejável que uma estreita relação entre todos os envolvidos esteja bem estabelecida, estes precisam trocar saberes a fim de juntos contribuírem com o processo de aprendizagem, facilitando o acesso do discente surdo ao conhecimento.

Sobre essa atuação do intérprete educacional em sala conjuntamente aos professores, Belém (2010) demonstra que, na prática, pode ocorrer do intérprete conseguir abertura para se posicionar e desenvolver um mecanismo favorável para seu trabalho. Ou também pode acontecer de acabar criando uma espécie de resistência e indiferença, onde a aula e todo o ambiente de sala ficam à parte e o aluno surdo torna-se limitado apenas às trocas com o intérprete e com os colegas que se aproximarem dele.

Por isso, alguns pesquisadores apontam que a função do intérprete educacional extrapola a de mera interpretação em sala de aula, e que este frequentemente circula entre o campo tradutório e o campo pedagógico (TUXI, 2009; MARTINS, 2013; XAVIER, 2012).

Assim, defendemos também que o TILSP, nas instituições de ensino, deve desempenhar sua função de forma colaborativa com o professor regente para então possibilitar, de forma mais apropriada, o acesso aos conteúdos. Destaca-se que é essencial esta parceria para a preparação de recursos pedagógicos e metodológicos adequados que contemplem as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

Nesse sentido, reitera-se que somente a presença do TILSP em sala de aula não garante um efetivo e adequado processo de ensino e de aprendizagem envolvendo o aluno surdo, sendo necessário que a escola e o professor estejam atentos ao currículo e às práticas acadêmicas adequadas, além de buscar máxima aproximação para o desenvolvimento do aluno. Em consonância ao que apontam Lacerda et al. (2013, p.186): “para favorecer a aprendizagem do aluno surdo, não basta apenas apresentar conteúdos em Libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando toda a potencialidade visual que essa língua tem”.

A PEDAGOGIA VISUAL COMO PRÁTICA ESSENCIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO

A educação de surdos acontece, principalmente, por meio da comunicação visual. Esse fato torna o signo visual um canal de contato de grande importância, porque ao surdo é inerente a experiência visual desde a sua primeira relação social. Assim, entendemos que a experiência visual do surdo ocorre desde seu primeiro contato com o mundo, sendo seu canal de comunicação com tudo que o cerca. Sobre suas experiências antes da aquisição da língua de sinais, a professora Shirley Vilhalva, surda parcial, relata em sua obra “O despertar do Silêncio” as barreiras enfrentadas no anseio em se expressar e, traz também, algumas lembranças de sua infância que remete ao mundo visual do surdo:

Aprendia sempre observando [...], os meus olhos conseguiam registrar muitas coisas mesmo sem elaboração ou mesmo, não sabia como, utilizar tantas coisas que via [...]. Tudo foi acontecendo cada cena que passava ficava gravada em meu cérebro [...] eu não conseguia expor meu pensamento, muitas imagens ocorrem internamente, parecendo que tudo que vejo, fotografo e depois fica guardado dentro de uma caixa na cabeça e não tem para onde ir, não tem como sair, eu não sabia como expor por não ter um canal de comunicação com o mundo durante minha idade de três, quatro anos. (VILHALVA, 2004, p.9-13)

Compreendemos, a partir de relatos como esses, porque a língua de sinais, por ser uma língua gestovisual, se revela adequada e natural ao surdo. O surdo é revestido e se faz existir essencialmente por meio de experiências visuais e, nesse sentido, podemos entender que a experiência visual envolve variados tipos de significações, representações, produtos, seja no campo intelectual, linguístico, religioso, cultural, artístico, cognitivo etc.

Constata-se, assim, a importância e a atenção que precisamos destinar ao aspecto da visualidade e da leitura de imagens pelos aprendizes surdos. Quanto ao aspecto visual que opera no processo comunicativo e de letramento dos surdos, principalmente no que se refere ao uso de imagens no ensino, salientamos que se trata de uma área que ainda carece de mais estudos. Apenas recentemente é que tem surgido gradualmente o interesse em investigar como os significados são desenvolvidos por meio dos vários modos de comunicação usados em sala de aula (MORTIMER et al., 2014) especialmente no ensino de Ciências, em que é constante e necessário o uso de imagens e de modelos de representação no processo de ensino e aprendizagem.

É importante pensar, em especial, no envolvimento do surdo com as diferentes práticas pedagógicas visuais, que permitem variadas formas de leitura e produção de sentido, não apenas pela língua de sinais, mas pela sua interação com a imagem, o vídeo, a cor, o som, dentre outros recursos, construindo novos significados, de maneira a permitir que este tenha acesso a um conhecimento que dialogue com a sua cultura e especificidade linguística.

Ao professor é imprescindível motivar o interesse e a autonomia dos surdos, elaborando recursos pensados em suas peculiaridades, visando sempre que possível desenvolver de forma mais apropriada suas capacidades. O uso de métodos didáticos adequados auxilia no seu aprendizado e esses recursos precisam levar em consideração a diferença da surdez, de sua cultura, do seu modo de comunicar e de interagir com o mundo.

A partir dessas reflexões, verifica-se a necessidade de pensar em meios de garantir o engajamento dos alunos surdos em sala de aula. Repensar a educação desses alunos colocando em pauta uma acessibilidade real, levando em conta sua potente visualidade e pautar a construção de seus conhecimentos em meios visuais. Tal movimento pode vir a significar uma importante mudança na realidade ainda muito incipiente da inclusão educacional de surdos que temos visto hoje.

Acreditamos que o profissional TILSP tendo considerável tempo de experiência e comprometimento com sua função, devido ao seu contato e conhecimento da cultura surda, pode contribuir ao fazer apontamentos importantes quanto ao modo de aprendizagem do surdo. Nesse sentido, também podemos considerar que esse profissional, em um trabalho em conjunto com o docente, consegue viabilizar que as estratégias de ensino e de avaliações se aproximem dos possíveis modos do surdo de aprender e expressar seu entendimento, indicando, assim, promissores caminhos para que o discente surdo seja incluído de maneira mais significativa em sala de aula.

Dessarte, nosso objetivo no presente artigo é compartilhar e discutir a opinião de um grupo de intérpretes educacionais sobre a realidade da inclusão já vivenciada, além de discutir as possíveis soluções elencadas por eles para que as barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos sejam atenuadas, especialmente no que se refere às Ciências da Natureza.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Buscando sondar quais as opiniões que esses profissionais possuem a respeito do processo de inclusão dos surdos na escola regular e quais são suas experiências e apontamentos, foi elaborado um questionário aberto, utilizando-se o recurso do Formulário Google, com nove perguntas que foram respondidas e, no presente artigo, as nove perguntas serão analisadas considerando-se os dados obtidos.

O questionário foi enviado no mês de junho de 2017 aos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS)⁷ do sudeste do Brasil. Os endereços de e-mail de cada Centro foram acessados no site do INES. Assim, foram enviados convites para responder o questionário aos TILSP cadastrados nos CAS das seguintes cidades: Rio de Janeiro (RJ), Vila Velha (ES), Vitória (ES), Cachoeira de Itapemirim

⁷ Os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) são órgãos ligados às Secretarias Estaduais de Educação e têm como objetivo promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada para profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da elaboração de materiais didáticos adequados a estudantes surdos e com deficiência auditiva (INES, disponível em <http://www.ines.gov.br/ines-e-cas-apresentacao> Acessado em outubro de 2018).

(ES), Montes Claros (MG), Belo Horizonte (MG), Varginha (MG), Diamantina (MG), Ribeirão Preto (SP), São Paulo (SP). Além de ter sido encaminhado também para os endereços de e-mail de alguns intérpretes conhecidos das pesquisadoras.

Não foi possível mensurar a quantidade total de intérpretes cadastrados em cada CAS na ocasião da distribuição do questionário, o que tornou inviável estimar um número de intérpretes que tenha recebido o convite. Contudo, 25 participantes das diferentes cidades supracitadas responderam ao questionário, conforme o quantitativo apontado na Tabela 01.

Tabela 01: Número de intérpretes, por cidade, que participaram da pesquisa.

Cidade – Estado	Quantidade de intérpretes
Itapemirim (ES)	1
Belo Horizonte (MG)	6
Juiz de Fora (MG)	1
Rio de Janeiro (RJ)	7
Niterói (RJ)	1
Duque de Caxias (RJ)	2
Itaocara (RJ)	1
Ribeirão Preto (SP)	1
Pradópolis (SP)	1
Coxim (MS)	1
Florianópolis (SC)	1
Manaus (AM)	1
Cuiabá (MT)	1
Total	25

Fonte: elaboração própria dos autores.

Para analisar os dados dos questionários empregamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), que consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos onde o pesquisador busca compreender o sentido da mensagem que é possível extrair a partir de um determinado evento de comunicação.

Para análise do conteúdo das respostas dos TILSP foi realizada uma categorização a posteriori, com categorias emergentes dos dados, de acordo com as seguintes etapas: a etapa de pré-análise, que consiste no primeiro movimento de tratamento dos dados, onde o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil a pesquisa; a etapa de exploração do material, momento da construção de recortes dos textos em unidades de registros, agregando as informações em categorias simbólicas ou temáticas; por último, temos

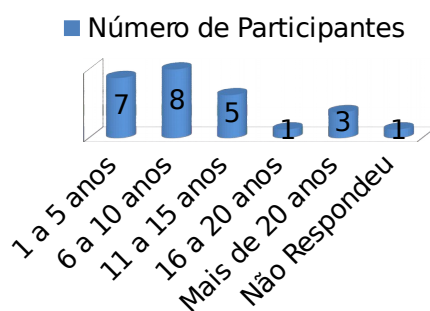
a etapa que se dedica ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste em analisar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado de forma a torna-los significativos e colocando em destaque as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO ACERCA DOS APONTAMENTOS FEITOS PELOS TILSP PARTICIPANTES

Na primeira pergunta procurou-se conhecer a quanto tempo os participantes atuam como TILSP, para que fosse possível mensurar o tempo de experiência e contato do participante com relação às questões da educação de surdos. Como resultado, temos que 20 dos profissionais atuam há 15 anos ou menos, conforme pode ser verificado no Gráfico 01.

Gráfico 01: Participantes agrupados segundo o tempo de atuação como TILSP.

Tempo de atuação como TILSP



Fonte: elaboração própria dos autores.

Do resultado, pode-se inferir que a maior concentração de profissionais que atuam há 15 anos ou menos se deve às ampliações das conquistas dos movimentos surdos por direitos

linguísticos que ocorreram há pouco mais de uma década, onde se pode destacar a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, que favoreceram o reconhecimento da importância dos TILSP no contexto social, especialmente escolar, culminando com a ampliação da demanda do número de profissionais da área.

A segunda pergunta objetivava sondar em qual contexto/local o profissional começou a se interessar e aprender a Libras. As respostas foram agrupadas por categorias semelhantes, onde foi possível averiguar que 14 participantes tiveram o interesse e primeiro contato no contexto religioso. Ainda surgiram respostas tais como relações interpessoais com familiares (4), amigos (3) e colegas de classe surdos (2). Por fim, uma minoria teve contato com a Libras durante a graduação (1) e o local de trabalho (1).

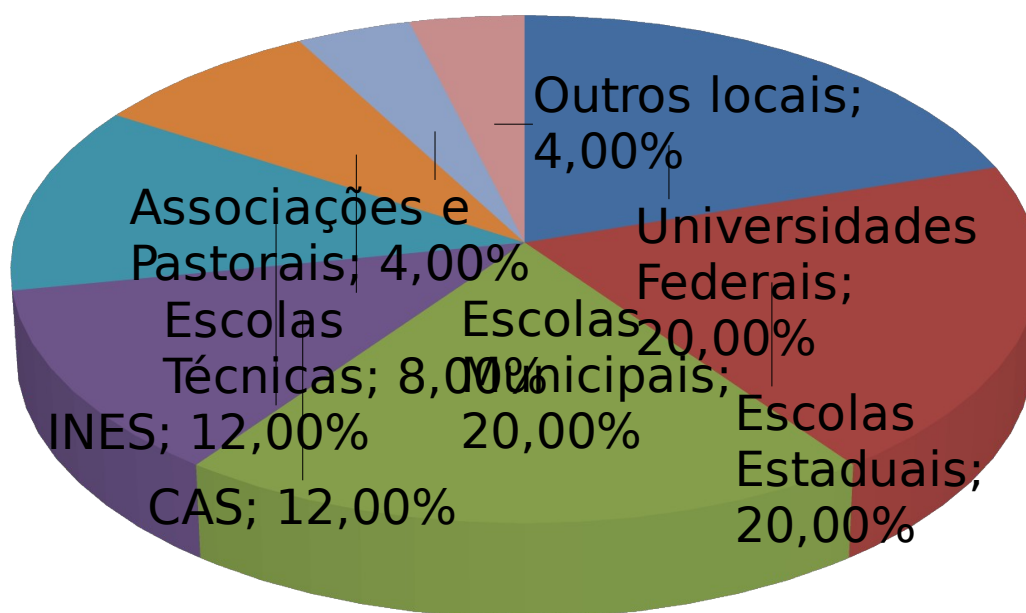
Para melhor exemplificar a forma pela qual essas categorias apareceram nas respostas dos participantes, selecionou-se duas respostas que denominaremos aqui de TILSP A e B:

TILSP A: *“É minha língua. A adquiri com meus pais”*. (categoria relações interpessoais com familiares)

TILSP B: *“Tive o interesse por ver uma interpretação no contexto religioso”*. (categoria contexto religioso)

Os resultados advindos dessa segunda pergunta remetem a notória relação da religião como influência da escolha do profissional pelo aprendizado da Libras, visto que 14 dos participantes declararam seu primeiro contato e interesse com a língua em um contexto religioso. Segundo Silva (2012), a igreja está historicamente relacionada aos cuidados e educação das pessoas com deficiência. Conforme apontam Lacerda e Gurgel (2011) essa questão corrobora com outros dados da literatura que demonstram que muitos intérpretes se formam no espaço religioso e vale acrescentar que esse fato, muitas vezes, demarca os modos de ação dos TILSP. Na religião constata-se aspectos caridosos e cuidados que acabam sendo levados, por vezes, também para o meio acadêmico.

Por meio da terceira pergunta buscamos investigar quais eram as instituições educacionais e a cidade em que os TILSP trabalhavam, justamente para saber qual o tipo de experiência em interpretação educacional possuem e ter um retorno de quais cidades participaram da pesquisa – já que alguns dos CAS não retornaram contato. Como resultado, obtivemos as seguintes categorias apresentadas no Gráfico 02. Alguns participantes apontaram mais de um local de trabalho.

Gráfico 02: Locais de atuação dos TILSP participantes da pesquisa.**Local de Atuação**

Fonte: elaboração própria dos autores.

Podemos verificar que a maior incidência de atuação dos profissionais está na área educacional e pode-se entender que essa realidade se deve ao fato de nas últimas décadas o número de alunos surdos ter aumentado significativamente nas escolas regulares e instituições de ensino em geral (SILVA, 2018). Assim, por atuarem sobretudo nos espaços de educação, os participantes se enquadram no anseio principal da presente pesquisa que é o de conhecer as suas opiniões quanto à realidade educacional do surdo, as barreiras e possíveis apontamentos de soluções.

A quarta pergunta teve como propósito averiguar se os profissionais já atuaram em escolas regulares com surdos incluídos e qual a opinião quanto à experiência vivenciada. Do total de 25 participantes, 22 já atuaram ou atuam em contextos de inclusão e três responderam que não. Foi possível definir diversas categorias por meio das respostas e essas foram

organizadas na Tabela 02 segundo sua ocorrência, sendo frequente a aparição de mais de uma categoria por resposta.

Tabela 02: Categorias emergentes quanto às experiências de inclusão vivenciadas.

Categorias	Número de incidência
Ineficiente/Injusto/Falho/Excludente	13
Despreparo dos profissionais escolares	8
Falta de metodologias adequadas/adaptadas	7
Falta de interesse dos envolvidos	4
Aprendizagem do surdo fica a cargo do intérprete	4
Só existe na teoria	3
Inclusão como possibilidade de mudanças	2
Boa experiência	2
Bom para a interação social	2
Beneficia toda a turma	1
Falta de verbas	1

Fonte: elaboração própria dos autores.

Das respostas catalogadas foi possível depreender que, na opinião de 13 TILSP, a inclusão que se observa é ineficiente, acarreta injustiças e exclui os surdos. O despreparo dos profissionais da educação, a falta de metodologias adequadas e o desinteresse também despontam com considerável frequência nas respostas dadas. De fato, conforme apontam outras publicações como as de Lippe e Camargo (2009), Silva et al. (2013) e Ferreira et al. (2014), o despreparo na formação dos professores e profissionais com relação às questões da educação do aluno com deficiência é uma difícil realidade atualmente. Hoje, os professores recebem cada vez com mais frequência em suas salas de aula alunos com diferentes necessidades educacionais especiais e não tiveram formação para tal, formação esta que englobe os conteúdos e as estratégias metodológicas adequadas e necessárias para que possa atuar de forma eficiente com esses alunos.

Na quinta pergunta buscamos sondar se os TILSP já atuaram em disciplinas de Ciências da Natureza, a fim de averiguar se esses possuíam alguma experiência de interpretação nas áreas que envolvem a Química, a Física e a Biologia. Do total dos participantes, 22 já atuaram em uma dessas áreas e três responderam negativamente. Por ser

uma pergunta direta, muitos responderam com apenas as afirmações SIM e NÃO. Contudo, um dos participantes acrescentou: “*Sim. Na escola regular interpretamos todas as disciplinas*”. Essa fala pode justificar o fato da maioria dos participantes terem respondido que sim e vai ao encontro da forma de atuação dos intérpretes na escola regular - um intérprete designado por turma com aluno surdo, interpretando todas as aulas e sem apoio de um segundo profissional para revezamento.

Na sexta pergunta pedimos a opinião dos participantes quanto às disciplinas de Ciências da Natureza demandarem ou não um maior grau de dificuldade na interpretação em relação às disciplinas de Ciências Humanas. Das 25 respostas, 10 participantes responderam diretamente com SIM ou NÃO e não justificaram. Pelas respostas dos demais 15, foi possível extrair outras categorias que justificavam suas opiniões, conforme é possível observar na Tabela 03, ressaltando que em algumas respostas apareceram mais de uma categoria.

Tabela 03: Categorias que apareceram nas respostas dos TILSP na sexta pergunta.

Categorias	Número de aparições
Nomes técnicos e ausência de sinais	6
Necessário conhecimento prévio	4
Mais abstrato	3
Depende da metodologia do professor	1
Conhecimento da Libras	1

Fonte: elaboração própria dos autores.

Sobressaiu o número de TILSP que considerou que as disciplinas de Ciências da Natureza demandam sim uma dificuldade maior em 17 das respostas. Apenas três consideram que não. Outros cinco participantes consideram ser equivalentes as dificuldades nas duas áreas. Para exemplificar o modo como as categorias da Tabela 03 apareceram nas respostas, selecionamos algumas delas, descritas na íntegra, contendo as diferentes opiniões e de que modo foram justificadas. As expressões destacadas por nós indicam o sentido da categoria:

TILSP C: “***Sim.*** *O grande problema é que a maioria dos conteúdos não tem sinal específico. O intérprete precisa usar classificadores para que o surdo entenda a matéria. Além disso, é preciso que o intérprete tenha algum conhecimento do que está sendo ensinado pelo professor*”.

TILSP D: “Demanda **sim** bastante dificuldade por causa das **nomenclaturas, fórmulas e conceitos**”.

TILSP E: “**Sempre irá depender de quem ministra as aulas**. Nós intérpretes não decodificamos signos, nem interpretamos palavras, e sim, sentidos, é preciso que se estude o conteúdo, que haja trocas entre ele e o professor, **que haja um conhecimento prévio** para que a aula e a interpretação fluam”.

TILSP F: “Eu acho que **não**, por ser uma matéria mais visual envolvendo cálculos e lógica. **Se o aluno sabe libras**, acho mais fácil a interpretação”.

Conforme apontado na Tabela 03, sobressaíram em seis das respostas o fato das Ciências da Natureza possuir muitos termos técnicos e não ter sinais equivalentes em Libras e se o intérprete não conhece o sentido e o significado da palavra, a interpretação fica comprometida. Consonante com o que apontam Zara e Pinho (2017), a comunicação entre o professor e os alunos surdos na escola, mediada pelo intérprete educacional, encontra dificuldades devido a duas causas principais: a falta de sinais específicos na língua de sinais para termos científicos e a falta de familiaridade do intérprete com o conteúdo mediado. Três participantes também consideraram uma maior dificuldade devido aos conteúdos serem mais abstratos e depender do uso de fórmulas e conceitos mais complexos.

Na sétima pergunta os participantes deixaram suas opiniões sobre o que precisaria ser feito para atenuar as barreiras do processo de inclusão. Todos responderam a essa pergunta e um total de 12 categorias diferentes puderam ser extraídas, conforme verificado na Tabela 04.

Tabela 04: Categorias emergentes das respostas dos participantes à sétima pergunta.

Categorias	Número de aparições
Preparo dos professores e das instituições de ensino	9
Aulas com estratégias específicas e visuais	6
Parceria entre o professor e o intérprete	5
Incentivar o aprendizado da Libras	5
Elaboração de sinais científicos e glossários	3
Real cumprimento das Leis e direcionamento de verbas	3
Avaliações condizentes	2
Equidade no Ensino	1
Criação de escolas polos	1
Investimento na educação básica	1
Mais professores surdos nas escolas	1
Total	37

Fonte: elaboração própria dos autores.

Por meio das respostas apresentadas é possível notar que os participantes consideraram importante investir, sobretudo, no preparo e qualificação dos profissionais de ensino das escolas (n=9), além de ser essencial que se pense também na aplicação de aulas que considerem estratégias visuais e que sejam condizentes com as especificidades do aluno surdo (n=6). Uma parceria mais concisa entre professor e o intérprete, além do incentivo na aprendizagem e uso da Libras por todos os envolvidos, também foram considerados em boa parte das respostas dadas pelos TILSP. Conforme pode ser verificado na resposta de um dos participantes:

TILSP B: *“Acredito que para diminuir barreiras seria útil o incentivo do aprendizado da Libras nas escolas regulares e o treinamento dos professores para saberem lidar com os alunos surdos adaptando suas aulas e avaliações para esses alunos”.*

A necessidade de capacitação de educadores para lidar com a inclusão já é uma preocupação apontada desde a Declaração de Salamanca, Unesco (1994, p. 2), documento onde se lê “mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores, no que diz respeito às necessidades educacionais especiais.” Mesmo depois de quase 25 anos a lacuna na formação e qualificação dos profissionais de ensino permanece como uma considerável barreira a ser superada.

Na oitava pergunta o objetivo era saber o quanto o uso de imagens e artefatos visuais pelo professor regente facilita o processo de interpretação em sala de aula e todos foram unânimes em considerar que a estratégia de ensino pautada no visual muito facilita o trabalho da interpretação. Para tanto, selecionamos duas respostas, as quais consideramos que trazê-las na íntegra poderia ser enriquecedor para elucidar a concepção que os intérpretes possuem quanto ao uso de estratégias visuais no trabalho com o aluno surdo:

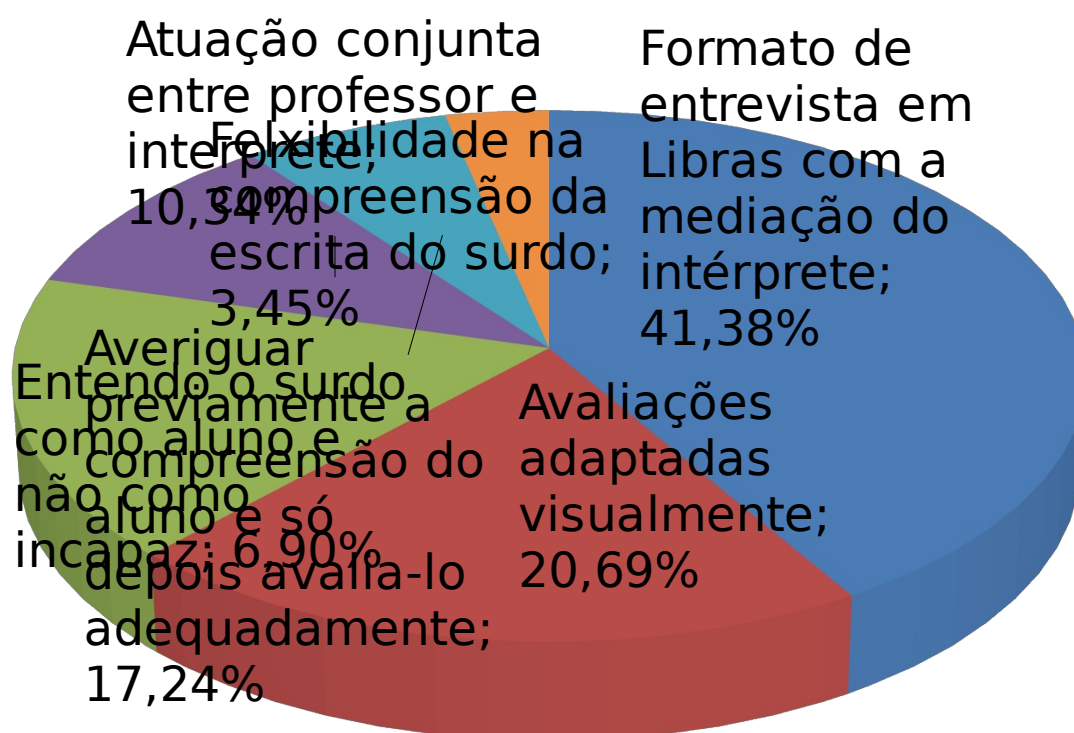
TILSP E: *“Muito, por uma razão muito simples. Um aluno ouvinte mesmo que não tenha muito interesse ou conhecimento acerca de algum tema, possui conhecimentos gerais pelo fato de ouvir e, assim, armazenar informações que minimamente servirão de pistas para conseguir acompanhar uma aula. Os surdos precisam dessas pistas em forma visual. Porque muitas vezes será a única ou a primeira oportunidade de acessarem ao conhecimento proposto. A aquisição de linguagem, língua e conhecimento, mediados por intérprete mais os recursos imagéticos e tecnológicos funcionam”.*

TILSP G: *“Sim e muito. Percebo que quando o professor utiliza imagens a aula fica mais visual e facilita tanto para o aluno surdo quanto para o intérprete na explicação dos conteúdos”.*

Campello (2007), na condição de surda e com uma vasta experiência no campo da educação, já afirma ser a imagem uma grande aliada das propostas educacionais para surdos e propõe que se use intensamente a visualidade, defendendo uma pedagogia visual baseada no uso da Libras e de elementos próprios da cultura surda. Assim, é por meio da visualidade que os conhecimentos acadêmicos também serão construídos com mais facilidade. Explorar o visual, além de ser essencial na educação de surdos, se mostra também muito eficiente na aprendizagem dos demais em sala de aula (FERREIRA, SILVA JÚNIOR, 1975; FERNANDES, FREITAS-REIS, 2017).

Por fim, na nona pergunta indagamos sobre qual seria o modo mais adequado para o professor proceder com a avaliação da aprendizagem pelo surdo. No Gráfico 03 estão as categorias que apareceram nas respostas e a frequência de cada uma delas, ocorrendo em alguns casos mais de uma categoria por resposta.

Gráfico 03: Categorias emergentes das respostas dos participantes TILSP à nona pergunta.



Fonte: elaboração própria dos autores.

Verifica-se que a categoria que mais se destacou entre as respostas dos participantes é a que leva em conta que a avaliação do surdo seja realizada em Libras, como em formato de entrevista (n=6), a fim de respeitar a primeira língua do estudante e propiciar mais conforto no momento da avaliação. Alguns argumentos apontaram ainda para o uso de filmagens prévias das perguntas em Libras, permitindo as respostas dos alunos também em Libras. Outros mencionaram prova individualizada em Libras com o uso das imagens que o professor trabalhou em sala. Também foi levado em conta a necessidade de adaptações visuais e uma maior aproximação do professor com o seu aluno surdo, para que se conheça melhor suas reais necessidades e, então, pensar na maneira mais eficiente de acompanhar o desenvolvimento do discente surdo.

Além de pensar em estratégias de ensino, é também de suma importância pensar a avaliação do aluno surdo, uma vez que possuindo uma forma peculiar de aprender este também demanda uma forma apropriada de ser avaliado. Entendemos também que a avaliação não ocorre (ou não deveria ocorrer) em momentos isolados e sim durante todo o desenvolvimento do conhecimento, revelando assim a importância de uma aproximação mais contundente entre o professor e seu aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos apontamentos feitos pelos TILSP participantes da pesquisa, é possível inferir sobre a importância do contexto religioso em que muitos desses profissionais passam a conhecer e se interessar pela interpretação. Verificou-se que esses profissionais atuam em sua maioria nos ambientes de ensino e essa atuação ampliou-se significativamente após as promulgações das políticas inclusivas conquistadas. Mas apesar de tais promulgações, infelizmente o que esses profissionais apontaram quanto à realidade da inclusão é que esta ainda é injusta e encontra-se muito aquém do que se almeja para que de fato ocorra um ensino apropriado aos estudantes com necessidades especiais.

Por meio dessa pesquisa também foi possível verificar que os participantes consideram que as disciplinas de Ciências da Natureza demandam maior grau de dificuldade na interpretação em sala de aula, sobretudo porque não possuem sinais em Libras equivalentes aos tantos termos técnicos e ainda por se tratarem de conteúdos mais abstratos. Para tanto,

pensar as aulas dessas disciplinas de forma a atender o potencial visual do aluno surdo se revela desiderato, tanto a fim de melhor alcançar o aluno surdo, quanto para facilitar a atuação dos TILSP.

Nota-se que é preciso um trabalho de conscientização e preparo mais contundente com os professores e intérpretes envolvidos no processo educacional do surdo. Muitas vezes o professor que está em sala de aula, por não ter recebido uma formação adequada e não ter incentivo para que possa agora adquiri-la, acaba por fechar os olhos frente a desafios tais como o de ter um aluno surdo em sua sala de aula.

Reiteramos que a inclusão de alunos surdos ainda tem ocorrido de forma falha e injusta nos ambientes de ensino e é preciso maior investimento no preparo dos profissionais envolvidos, além de propiciar meios para que o currículo seja adequado e, assim, alcance as potencialidades desse alunado. De fato, a atuação do profissional TILSP é extremamente complexa e, ao mesmo tempo, essencial. Por isso é merecedora da nossa atenção. Acreditamos que os apontamentos e as reflexões aqui expostas podem contribuir para melhor elucidar o processo de educação dos surdos, além de relacioná-la à importância do trabalho conjunto entre professor e intérprete.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELÉM, L. J. M. A atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais no ensino médio. **Dissertação**, UNIMEP, Piracicaba, São Paulo, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, 16 de jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução 02/2001. MEC/ SEESP, Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

CICCONE, M. **Comunicação total: introdução, estratégia, a pessoa surda.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CRUZ, R. M. H. Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Editora Arara Azul, n. 17, 2016.

FERNANDES, J. M.; FREITAS-REIS, I. Estratégia Didática Inclusiva a Alunos Surdos para o Ensino dos Conceitos de Balanceamento de Equações Químicas e de Estequiometria para o Ensino Médio. **Química Nova na Escola**, v. 39, n. 2, p. 186-194, 2017.

FERREIRA, O. M. C.; SILVA JÚNIOR, P. D. **Recursos Audiovisuais para o Ensino.** São Paulo: EPU, 1975.

FERREIRA, G. E. O perfil pedagógico do intérprete de língua de sinais no contexto educacional. **Dissertação**, Universidade Presidente Antônio Carlos, Bom Despacho, Minas Gerais, 2002.

FERREIRA, W. M.; NASCIMENTO, S. P. F.; PITANGA, A. F. Dez Anos da Lei da Libras: Um Conspecto dos Estudos Publicados nos Últimos 10 Anos nos Anais das Reuniões da Sociedade Brasileira de Química. **Química Nova na Escola**, v. 36, n. 3, p.185-193, 2014.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; GURGEL, T. M. do A. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, n.3, 2011.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos.** In LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. (org). *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos.* São Carlos: EDUFSCar, 2013.

LIPPE, E. M. O.; CAMARGO, E. P. Educação Especial nas Atas Do Enpec e em Revistas Brasileiras e Espanholas Relevantes na Área: Delineando Tendências e Apontando Demandas

de Investigação em Ciências. **Atas do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de Ciências**, Florianópolis, Santa Catarina, 2009.

MARTINS, V. R. O. Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. **Tese**. Unicamp, Campinas, 2013.

MELO, A. V. Children of Deaf Adults. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 85-91, 2015.

MONTEIRO, M. S. História dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento da Libras no Brasil. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, 2006.

MORTIMER, E. F.; QUADROS, A. L.; SILVA, A. C. A.; SÁ, E. F.; MORO, L.; SILVA, P. S.; MARTINS, R. F.; PEREIRA, R. R. Interações entre modos semióticos e a construção de significados em aulas de ensino superior. **Revista Ensaio**, v. 16, n. 3, p. 121-145, 2014.

PAGURA, R. J. **Tradução e Interpretação**. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. (Orgs). Tradução: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Unesp, p. 184-207, 2015.

QUADROS, R. M de. **O 'bi' em bilinguismo na educação de surdos**. In: Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

RODRIGUES, C. H. A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais. **Tese**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ROSA, A. da S. Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. **Dissertação**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA, C. A. de A. Igreja Católica e Surdez: território, associação e representação política. **Revista Eletrônica Religião e Sociedade**, v.32, n.1, 2012.

SILVA, L. D. S.; SANTOS, I. M. dos; DIAS, V. B.; SIQUEIRA, M.; MASSENA, E. P.; FRANÇA, S. S.; SANTOS, A. S.; MELO, J. S.; COSTA, M. R.; COTIAS, V. L. Tendências das pesquisas em Educação Especial no Ensino de Ciências: o que o ENPEC e os periódicos nos indicam? **Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

SILVA, R. A.; O Tradutor-Intérprete de Libras na Educação: Inserção Precipitada e a Invisibilidade nas Competências e a Formação Fragilizada. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Arara Azul, n. 23, 2018.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, M. **A Educação do Surdo no Brasil**. São Paulo: EDUSF, 1999.

STROBEL, L. K. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 243- 252, 2006.

TUXI, P. A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental. **Dissertação**. Faculdade de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994.

VILHALVA, S. **Despertar do silêncio**. Petrópolis: Arara Azul, 2004.

XAVIER, S. K. S. O lugar do intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo. **Dissertação**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ZARA, R. A.; PINHO, G. C. de. A mediação português-língua de sinais de conceitos científicos em sala de aula. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, Santa Catarina, 2017.